

MATERNIDADE



Conversando a
Gente se Entende



MATERNIDADE

Conversando a Gente se Entende

Nova edição revisada e ampliada



Maternidade
Conversando a gente se entende

Organização e Redação
Dulcelina Xavier
Myriam Aldana

Nova edição revisada e ampliada:
Josefa Buendía Gómez

APOIO:
Fundação Ford
Fundação MacArthur
CFC - Catholics for Choice



Rua Martiniano de Carvalho, 71, casa 11
01321-001 Bela Vista - São Paulo - SP
tel/fax(II) 3541-3476
e-mail: cddbr@uol.com.br
www.catolicas.org.br
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Maternidade : conversando a gente se entende /
organização e redação Dulcelina Xavier, Myriam
Aldana. -- 2. ed. -- Jundiaí, SP : Maxprint,
2013.

Bibliografia.

1. Mães e filhos 2. Maternidade 3. Maternidade -
Aspectos psicológicos 4. Mulheres - Psicologia
5. Vida familiar 6. Vida pessoal I. Xavier,
Dulcelina. II. Aldana, Myriam.

13-02591

CDD-306.8743

Índices para catálogo sistemático:

1. Maternidade : Sociologia 306.8743

Impressão e Acabamento
Grupo Maxprint
maxprint@graficamaxprint.com.br
(11) 4815-4331

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO DA 2ª. EDIÇÃO REVISADA E AMPLIADA	07
2.	MATERNIDADE: UMA ESCOLHA	09
3.	MATERNIDADE E ABORTO: QUESTÕES DE ESCOLHA	17
4.	INSTINTO MATERNO: O QUE É ISSO?	23
5.	PATERNIDADE	27
6.	A MATERNIDADE SEGUNDO A IGREJA CATÓLICA.....	31
7.	A MULHER E SUA CAPACIDADE DE REPRODUÇÃO	35
8.	ALGUNS PONTOS PARA REFLETIR E DEBATER	39
9.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

1. APRESENTAÇÃO DA 2ª. EDIÇÃO REVISADA E AMPLIADA

Nós, Católicas pelo Direito de Decidir, consideramos que a reflexão e o debate dos assuntos que afetam a dignidade e os direitos das mulheres são muito importantes para construir uma cultura mais justa e equitativa entre mulheres e homens.

A MATERNIDADE é um dos temas que, mesmo encontrando-se em processo de mudança, precisa ser mais analisado, articulando e confrontando modos de pensar conservadores, que ainda persistem, com as formas concretas como está sendo vivida tanto por mulheres como por homens. Relacionando teorias com as novas práticas, poderemos produzir novas teorias que, por sua vez, poderão iluminar novas práticas.

Com o objetivo de contribuir para esse debate, revisamos, ampliamos e reeditamos a Cartilha Maternidade: Conversando a Gente se Entende. Nesta nova edição, introduzimos capítulos que abordam questões polêmicas, relacionadas com a maternidade: MATERNIDADE: UMA ESCOLHA, de Josefa Buendia Gómez e MATERNIDADE E ABORTO: QUESTÕES DE ESCOLHA, de Maria José Rosado Nunes.¹

Com esta cartilha, queremos convidar homens e mulheres a refletir e debater sobre as diversas formas como hoje é vivenciada a maternidade e as consequências que tem na vida das pessoas: mulheres, homens e crianças.

Desejamos, muito especialmente, contribuir para que as mulheres tenham mais elementos para tomar decisões sobre as suas vidas e para que ter ou não ter filhos não seja apenas uma consequência da capacidade dada pela natureza, mas fruto de uma escolha. Que as decisões sejam tomadas com segurança e sem culpa. Que tanto mulheres como homens possam pensar a maternidade como escolha e não como destino.

¹ Este texto foi tirado do artigo publicado em: CAVALCANTE, Alcilene, XAVIER, Dulce (orgs). Em defesa da vida: aborto e direitos humanos. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006, sob o título ABORTO, MATERNIDADE E A DIGNIDADE DA VIDA DAS MULHERES.

2. MATERNIDADE: UMA ESCOLHA

Quando vemos ou ouvimos o termo *maternidade*, que ideias e imagens povoam a nossa mente? Algumas delas...

- Gerar, dar à luz e cuidar, tudo prerrogativa das mulheres.
- Experiência desenvolvida num modelo de família composto por pai, mãe e filhos.
- Função exercida exclusivamente por mulheres, um caminho para a realização e complementação pessoal.
- A vocação de todas as mulheres porque elas são dotadas de qualidades específicas: capacidade de entrega desinteressada, generosidade, sacrifício, ternura.
- Uma benção de Deus... para as mulheres.
- Uma possibilidade de escolha para as mulheres.

Mas se olharmos para as experiências concretas relacionadas à maternidade, podemos observar que é uma dimensão complexa, exercida e vivenciada de formas muito diversas:

- Mulheres que consideram a maternidade como a essência da condição feminina realizam-se pessoalmente e são felizes exercendo essa função.
- Mulheres que, mesmo tendo companheiro, optam por não ter filhos, pois não sentem vocação e atrativo para exercer a maternidade e buscam a sua realização pessoal em outros campos: no campo profissional, em suas relações pessoais, na cultura, na filantropia etc.
- Mulheres que, mesmo considerando a maternidade um elemento fundamental de suas vidas, adiam-na para garantir realização profissional.
- Homens que biologicamente não podem gerar nem dar à luz, mas sentem o desejo e a vocação de assumir o papel tradicionalmente atribuído às

mulheres: adotam filhos para cuidar com ternura, proteger, educar.

- Mulheres que separam a dimensão biológica (gerar e dar à luz) do exercício da maternidade: para elas ser mulher não significa necessariamente ser mãe.
- Mulheres que, por acidente, por desinformação ou por serem vítimas de violência sexual, engravidam, mas não sentem condições de assumir a responsabilidade da maternidade e abortam.
- Mulheres que tomam a decisão de abortar, porque a gravidez não foi fruto de uma decisão (gravidez acidental) e elas avaliam momentos inadequados para as suas vidas.
- Mulheres que geram, dão à luz e depois doam ou abandonam os filhos.
- Muitas pessoas, incluindo mulheres, consideram que a maternidade é a expressão máxima do respeito pela vida humana.
- Há pessoas, muitas pessoas, que pensam que a gravidez e a maternidade é o resultado “natural” de um processo biológico, no qual não entram pensamento, emoção, relações, mas apenas a capacidade biológica das mulheres de gerarem.
- Mulheres que depois de ficar grávidas são abandonadas pelos companheiros e tem que enfrentar a tarefa da maternidade sozinhas, muitas vezes com grande custo e sofrimento.
- Mulheres que sofrem porque não podem gerar filhos e se sentem socialmente diminuídas.
- Mulheres que querem ser mães para responder às expectativas da família: maridos, sogros, pais etc.
- Mulheres que procuram ficar grávidas para “segurar” o marido.
- Mulheres ou casais que não podem ter filhos e buscam recursos científicos para engravidar.
- Existe a “barriga de aluguel”: mulheres que emprestam os seus úteros para gestar filhos de outras.

Bom, a nossa lista está grande, mas com a sua contribuição ela poderá ser mais completa: que outras experiências em torno da maternidade você conhece?

Todas essas possibilidades de vivências, de perspectivas, de escolhas sobre a maternidade nos levam a refletir sobre se, de fato, existe *um modelo único*, se podemos falar da maternidade como algo absoluto e abstrato, se de fato todas as mulheres nascem para ser mães, se ser mãe é atributo ou um privilégio das mulheres... É bom pensar, informar-se e conversar sobre tudo isto.

Com muita frequência, nos nossos meios, encontramos formas de entender a maternidade como algo próprio da essência de todas as mulheres (posição essencialista), que sempre e em todo o mundo é igual (posição universalista) e próprio da biologia (posição biologicista). Este modo de entender a maternidade não é neutra, tem consequências concretas para as mulheres, já que afirma que toda mulher é chamada a ser mãe e que deve assumir toda a responsabilidade das *práticas maternas*: prover, proteger, cuidar e educar as crianças. E mais, às mulheres mães é atribuída e exigida a fiscalização da educação dos filhos/as e a administração da renda familiar, especialmente quando ela é escassa.

Porém, se olharmos para o que acontece na realidade, veremos que a maternidade adquire diferentes significados sociais, culturais e políticos que atuam e produzem efeitos sobre a vida das mulheres: corpos, atitudes, comportamentos, valores etc. Em cada sociedade e momento histórico se constroem modelos de como ser homem, como ser mulher, como ser pai e como ser mãe. Essa construção é apresentada como real, absoluta e universal, mas, segundo Foucault (2000:56), é o discurso que produz o real, incluindo as identidades, de tal forma que é possível afirmar que o conceito ou

a identidade de maternidade é histórica, provisória e sempre está em constante mudança, em construção e reconstrução.

Nesta perspectiva, o uso de gênero como categoria de análise ajuda a desvendar o caráter histórico das identidades - do ser homem e do ser mulher, do ser pai e do ser mãe, do corpo masculino e do corpo feminino - e, ao mesmo tempo, aponta que o processo de constituição das identidades está atravessado por relações de poder. A abordagem da maternidade, desde a perspectiva de gênero, não se limita a analisar os papéis e funções. Ao contrário, ocupa-se de analisar as instituições, símbolos, normas, conhecimentos, leis, políticas etc., todas elas constituídas por pressupostos e representações do que é considerado masculino e do que é considerado feminino. Gênero ajuda a desnaturalizar e a politizar as “verdades”, consideradas universais, que reduzem mulher à mãe, o feminino ao materno e o materno à renúncia, sacrifício, etc. A perspectiva de gênero, ao mesmo tempo, desnaturaliza e desestabiliza as formas de organização social que criam desigualdades e hierarquias.

Em geral, o primeiro atributo reconhecido nos homens é a sua racionalidade, a sua capacidade de mando e de gerencia. No entanto, nas mulheres o primeiro atributo que se percebe, e se cobra dela, é a sua capacidade biológica de ter filhos. De fato, as mulheres, biologicamente, tem a capacidade de gestar, parir e amamentar, mas a sua identidade não pode ser reduzida à sua identidade biológica. As mulheres são seres humanos, pessoas, sujeitos e, como tais, com capacidade e direito de gerir as suas próprias vidas. Além de poder ter filhos, as mulheres têm muitas outras capacidades. Como sujeitos, o ter ou não ter filhos é uma entre outras possibilidades e cabe a elas decidir, de acordo com a sua vocação, seus critérios e desejos, circunstâncias,

etc. A gravidez e a maternidade não podem ser vistas como um resultado “natural” e sim como fruto de uma decisão, de um desejo.

Algumas pessoas poderiam pensar que considerar a maternidade como uma possibilidade ou uma escolha das mulheres significaria uma redução de sua importância. Ao contrário, **para a humanidade a maternidade é uma dimensão tão importante e que exige tanta responsabilidade que, para exercê-la, requer sujeitos capazes de discernir, optar, decidir.**

Nessa perspectiva, um manifesto contra a criminalização das mulheres que praticam aborto² afirma: “Nenhuma mulher deve ser impedida de ser mãe. E nenhuma mulher pode ser obrigada a ser mãe”.

Mary Rich (2005), uma pesquisadora em literatura, analisou a literatura feita por mulheres e descobriu elementos que indicam o desejo delas de revisar o mito da maternidade. As mulheres constroem personagens femininas com necessidade de serem reconhecidas e respeitadas, antes de tudo, como sujeitos.

A maternidade como mito é uma forma de controle masculino sobre as mulheres e tem um caráter injusto e pejorativo, uma vez que suplanta ou nega a capacidade de decidir, de optar do sujeito mulher. Nesse sentido, revisar o mito da maternidade é uma forma de liberar às mulheres da posição de subordinação, da sua negação como pessoas, da necessidade de serem consideradas e confirmadas como boas mães.

Dentro do contrato sócio simbólico, a maternidade supõe negação e sacrifício, nega à mulher o valor de indivíduo para poder ser mãe.

2 FONTE: Manifesto contra a criminalização das mulheres que praticam aborto, disponível no site da Frente pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela legalização do aborto, em: <http://frentepelodireitoaoaborto.blogspot.com.br/2008/09/manifesto-contra-criminalizacao-das.html>. Acesso em 4 de fevereiro de 2013.

Nesta perspectiva, a gravidez ameaça a identidade da mulher.

Mary Rich (2005), sobre a maternidade, aponta:

1. Deve-se reconhecer primeiro a pessoa/ sujeito/ mulher e depois a mãe, como fruto de uma opção.
2. A gravidez é a intromissão de um ser estranho que pode ou não vir a ser amado. O amor materno não é algo automático nem simples, é um processo complexo de aprendizado. O amor materno se desenvolve com tempo, contato e paciência. Essa forma de entender o vínculo entre mãe e filha/o, dá maior protagonismo às mulheres, reconhece a sua ação, porque lhes atribui um papel ativo no processo de conhecer e amar os/as filhos/as, em vez de um papel passivo próprio de um processo natural que as anula como sujeitos.
3. Nos romances escritos por mulheres, a maternidade é revisada: o impulso que leva às mulheres a se aproximarem, pela primeira vez, dos filhos é colocado como consequência do sentimento de culpa ao sentir, na sua frente, um ser desprotegido e impotente, que ela não pode abandonar. O que acontece com as mulheres que dão à luz pela primeira vez e não conseguem amamentar a criança? Ou o que acontece com mulheres que não conseguem desenvolver o amor pelo filho?
4. Há mulheres que depois do parto desenvolvem sentimento de frustração em relação à maternidade, o que coloca em questão a existência do *instinto materno*, ou da maternidade como vocação feminina universal.

Na sociedade moderna o sujeito é portador de direitos e o Estado deve garantir esses direitos, oferecendo mecanismos e recursos para que as mulheres exerçam os seus direitos, especialmente

os direitos sexuais e direitos reprodutivos, como o expressa o já citado Manifesto³ contra a criminalização das mulheres que praticam aborto:

“A maternidade deve ser uma decisão livre e desejada e não uma obrigação das mulheres. Deve ser compreendida como função social e, portanto, o Estado deve prover todas as condições para que as mulheres decidam soberanamente se querem ou não ser mães, e quando querem. Para aquelas que desejam ser mães, devem ser asseguradas condições econômicas e sociais, através de políticas públicas universais que garantam assistência a gestação, parto e puerpério, assim como os cuidados necessários ao desenvolvimento pleno de uma criança: creche, escola, lazer, saúde. As mulheres que desejam evitar gravidez devem ter garantido o planejamento reprodutivo e às que necessitam interromper uma gravidez indesejada deve ser assegurado o atendimento ao aborto legal e seguro no sistema público de saúde”.

3 FONTE: Manifesto contra a criminalização das mulheres que praticam aborto, disponível no site da Frente pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela legalização do aborto, em: <http://frentepelodireitoaoaborto.blogspot.com.br/2008/09/manifesto-contracriminalizao-das.html>. Acesso em 4 de fevereiro de 2013.

3. MATERNIDADE E ABORTO - QUESTÕES DE ESCOLHA

Em nossa sociedade, há, de modo bastante generalizado, uma associação negativa entre a afirmação de “defesa da vida” e aquelas pessoas e grupos que defendem o direito das mulheres a interromperem uma gravidez não planejada ou indesejada. Quando se fala em “defesa da vida”, pensa-se na oposição ao direito das mulheres de recorrerem a um aborto quando julgarem necessário. Assim, a proposição de respeito pela vida humana aparece como um princípio moral defendido pelos grupos chamados antiaborto, ou pró-vida. Já as discussões propostas por quem assume a defesa da necessidade de se ter acesso legal e seguro à interrupção de um processo gestacional constroem-se com base na ideia de “direitos”, de afirmação de liberdade e de realização de cidadania. E estão dissociadas, no imaginário social, da ideia de respeito pela vida humana.

Pensando nessas duas posições, por mais estranho que pareça, o tratamento social da maternidade provoca uma desumanização das mulheres e da maternidade. Já as considerações sobre o aborto as humanizam e podem ser, de fato, o momento de explicitação do maior respeito pela dignidade da vida humana. Quer dizer, a gravidez e a maternidade são vistas como o resultado “natural” de um processo biológico em que não entram pensamento, emoção, relações, mas apenas a capacidade biológica das mulheres de gerarem. Porque a biologia permite, as mulheres são mães. Reais ou potenciais. Já no caso do aborto, exige-se pensamento, decisão, escolha, capacidades eminentemente distintivas dos seres humanos. Tomam-se em conta as relações em questão e as consequências reais do ato abortivo, para a mulher e para o seu entorno. Não é comum

perguntar-se a uma mulher por que ela engravidou. Ou se pesou bem as consequências de seu ato de colocar no mundo mais um ser humano. Já no caso da decisão por um aborto, essas são as primeiras perguntas que se fazem. Pedem-se razões.

A reflexão sobre esse paradoxo nos conduz de volta à proposição feminista de que a reprodução humana - concepção, anticoncepção e aborto - deve ser pensada em sua totalidade, como plenamente humana. O aborto não pode ser desvinculado da maternidade.

Ambas as situações envolvem decisões e escolhas, são objeto de direitos - direitos de cidadania e direitos humanos. Só assim se pode reconhecer as mulheres como agentes morais capazes de julgamentos éticos e decisões morais. O que está em questão é o fato de que a capacidade humana de fazer um novo ser é também, e ao mesmo tempo, a possibilidade de fazê-lo ou não. Em geral, associa-se “escolha” a aborto. Quem é “pro-escolha” é “pelo aborto”. Não se associa “escolha” à maternidade. Daí o aborto ser tratado como um ato “contra a natureza”, da mulher, claro! Não é pensável que seja “contra a natureza” a recusa da paternidade como projeto de vida, por um homem. Mas as mulheres devem explicar-se quando decidem não ser mães.

Diferentemente dos animais, os seres humanos podem controlar sua capacidade reprodutiva e só ter filhas e filhos desejados/as e amados/as. Mulheres e homens têm a capacidade de escolher quando querem ter filhas/as, quantos filhos/as desejam ter, ou se não querem tê-los/as. Trazer à vida um novo ser deve ser um ato plenamente humano, isto é, pensado, refletido. Uma criança deve ser desejada e recebida para a vida. Isso é o que significa “escolha procriativa”, “maternidade e paternidade responsáveis”. Por isso, uma gravidez não planejada, inesperada, ou indesejada pode ou

não tornar-se objeto de uma acolhida. É exatamente o reconhecimento da dignidade e da “sacralidade da vida” que coloca a exigência moral de tornar possível a interrupção de uma gravidez e o correlato respeito por essa decisão.

Afirmar a reprodução humana como escolha, como resultado de decisão tão livre quanto possível, colocando-a, ao mesmo tempo, no campo dos direitos – direitos reprodutivos - permite-nos cruzar o campo político da cidadania com o campo da ética e da moral. Talvez tenhamos aí elementos para enfrentar de maneira adequada as forças fundamentalistas - religiosas e laicas – que hoje parecem querer minar as bases de uma sociedade justa, pluralista, não racista, tolerante e democrática.

As características específicas do poder reprodutivo humano associam-no, imediatamente, à anticoncepção e à possibilidade da interrupção da gravidez, do aborto. Esses termos têm sido conotados, historicamente, de forma negativa. Parecem indicar a negação do desejo de conceber novas vidas humanas. Mas podemos entendê-los, ao contrário, como referidos à afirmação do valor da vida, do respeito a ela, de tal forma que a continuidade de uma gravidez não signifique apenas a aceitação de uma contingência biológica, mas a gestação amorosa de uma nova pessoa. A gravidez humana é uma experiência *sui generis*. Supõe reciprocidade, recriação de desejos e não apenas a satisfação de necessidades sociais ou biológicas⁴. Uma sociedade que não oferece a mulheres e homens condições para o exercício desse ato de trazer ao mundo um novo ser de forma plenamente humana é uma sociedade moral e eticamente questionável. Podemos dizer que nenhuma sociedade é moralmente adequada se não

4 A “natureza humana” não pode ser separada de sua apropriação pela cultura. Nem uma cultura pode ser desligada de suas raízes naturais. O ser humano é transição de uma à outra, instável, a esse título, jamais totalmente fixado (...) esta relativa indeterminação o coloca a grande distância do animal, para o qual os comportamentos são, em grande medida, fixos e previsíveis (VALADIER, 2003, p.167).

se organiza para propiciar a existência e a expansão das possibilidades da escolha procriativa. Enquanto essa escolha não se tornar um valor moral básico na sociedade, mulheres e homens não poderão agir como seres plenamente humanos. Não serão agentes morais.

Mas as escolhas a serem feitas no campo da procriação só serão realmente morais se tomarem em conta a realidade concreta, cotidiana, em que se dá o exercício dessa capacidade humana. Por isso, embora a geração de um novo ser diga sempre respeito a mulheres e homens implicados nesse processo, podemos, validamente de um ponto de vista ético, atribuir às mulheres um maior poder de decisão sobre as escolhas a serem feitas nesse campo.

No caso do Brasil, a chefia e sustento das famílias, especialmente as de baixa renda, são, em grande parte, responsabilidade das mulheres. São elas que garantem o apoio econômico, afetivo, físico e emocional necessário à sobrevivência, crescimento e desenvolvimento das crianças e de suas famílias. Mesmo em países desenvolvidos, o fato de serem os corpos das mulheres os veículos mediadores da emergência de um novo ser humano torna-as socialmente responsáveis por seu cuidado. Some-se a isso o fato de que, em grande parte dos casos, é em situações de extrema pobreza, de carências por vezes desesperadoras, que as mulheres exercem a maternidade ou se recusam a fazê-lo. Nessas condições, a elas deve ser atribuída a decisão sobre a manutenção ou não de uma gravidez não planejada, uma vez que são elas que sofrem, em primeiro lugar, suas consequências.

Fundamentalmente, porém, devemos considerar que seria não só extremamente injusto, mas também desumano e mesmo imoral, exigir das mulheres que elas se façam mães simplesmente porque são dotadas da possibilidade biológica de gestar. O reconhecimento da humanidade das mulheres significa atribuir-lhes o controle sobre sua

capacidade biológica de gerar um novo ser. Assim, moral, em uma sociedade, é estender a todas as mulheres o bem que significa a possibilidade de interferir no próprio poder criativo e não deixá-las sujeitas ao capricho de um acidente biológico. Moral, em uma sociedade, é reconhecer as mulheres como agentes morais de pleno direito, com capacidade de escolher eticamente, segundo critérios socialmente aceitáveis como justos. Imoral é que outros - seja o Estado, seja um grupo religioso, seja uma Igreja - decidam sobre o que as mulheres podem ou não fazer de seus corpos, de sua capacidade reprodutiva.

4. INSTINTO MATERNO: O QUE É ISSO?

O “Instinto Materno” é uma idéia, construída ao longo da história, segundo a qual a mulher nasce para ser mãe e para amar seus filhos de forma exclusiva e incondicional. Trata-se de uma “verdade” tão aceita que, quando uma mulher abandona um filho, se diz que ela é uma mãe “desnaturada”.

O que nos mostram a vida e a história...

Em nossa sociedade, acredita-se que existe em toda mulher o “instinto materno”. Mas como podemos explicar que exista um número razoável de mulheres que fazem a opção de não ser mães e se realizam dedicando-se a outras dimensões da vida, como o trabalho, o estudo, as artes, a participação política e outras?

Ou ainda: como podemos explicar que, pelas mais diversas razões, algumas mulheres doem seus filhos recém-nascidos a outras pessoas, deixem-nos na porta de alguma casa, com os avós ou o pai da criança, ou ainda em orfanatos?

Podemos assim nos perguntar: o instinto materno nasce com cada mulher ou é construído a partir dos costumes, do tempo e do lugar em que se vive, ou mesmo do jeito de ser de cada mulher?

Uma conhecida escritora francesa – Elizabeth Badinter – realizou estudos mostrando que era comum na Europa, por volta dos séculos XVII e XVIII, as mulheres ricas, das grandes cidades, entregarem seus filhos recém-nascidos a amas-de-leite que moravam no campo e que chegavam a cuidar de 30 crianças ao mesmo tempo. Era tão marcante o costume que, na Paris de 1780, de cada 21 mil crianças nascidas, apenas mil eram amamentadas pela mãe. As crianças permaneciam durante anos longe da mãe e do pai, uma coisa considerada perfeitamente normal.

Havia tamanha indiferença pelo destino dessas crianças que alguns historiadores a justificavam dizendo: como amar um ser que não sabemos se vai sobreviver? A taxa de mortalidade infantil era muito alta. No Brasil, era comum escravas amamentarem os filhos de suas senhoras.

No final do século XVIII, filósofos e políticos, motivados por questões econômicas relativas ao aumento da produção e conseqüentemente do incremento da riqueza, viam como uma necessidade urgente aumentar a mão-de-obra, isto é, garantir que as crianças nascidas se tornassem adultos sadios e fortes para o trabalho.

Começaram, então, a difundir idéias sobre como era importante a mulher ficar em casa e cuidar dos filhos. Essas idéias ajudaram a mudar os costumes e terminaram por levar ao surgimento de uma nova forma de ser mãe.

Um dos intelectuais da época, mais citado nas tentativas de convencer as mulheres sobre a importância da dedicação à casa e aos filhos, era Jean-Jacques Rousseau. Pela frase seguinte podemos avaliar o que ele pensava da mulher: *As panelas, o assado e os filhos são toda a glória, a dignidade e os prazeres da mulher, que jamais deve sair dos limites da sua mediocridade.*"

E havia mulheres dispostas a reforçar a idéia da "submissão da mulher ao homem". Vejam o que diz Elisabeth de Fontenay: "A mulher é feita não para si mesma, mas para agradar ao homem...para ser subjugada por ele...para lhe ser agradável... para ceder e para suportar até mesmo a sua injustiça."

E claro que existiram mulheres e homens que resistiram a essa proposta de submissão da mulher ao homem e que lutaram contra isso. Foi o caso de Olympe de Gouges que, logo após a Revolução Francesa, em 1791, apresentou uma Declaração dos Direitos das Mulheres. Ela acabou sendo decapitada por sua ousadia.

Assim, a sociedade foi forjando a idéia de que a mulher nasceu para ser mãe, e só dessa maneira poderia cumprir seu “papel” na sociedade e se realizar: preocupando-se com a saúde e o bem-estar dos filhos.

Esses fatos nos ajudam a entender que a sociedade desenvolve costumes de acordo com seus interesses. Alguns “costumes” ou “idéias” são absorvidos de tal modo pelas pessoas que passam a ser aceitos como “naturais”.

Pensando melhor no assunto...

A maternidade provoca em cada mulher sentimentos tão diferentes como diferentes são as mulheres umas das outras, assim como são distintas as condições de vida de cada uma delas.

Por tudo o que vimos, percebemos que o “instinto materno” não é tão natural quanto se quer fazer crer. O amor materno é um sentimento, podendo mostrar-se forte ou frágil. Depende de cada mãe, de sua história de vida e das formas pelas quais as sociedades tratam a maternidade.

Podemos entender que, diante dos filhos(as), uma mãe pode ter sentimentos e reações ambíguas, como em qualquer outra relação humana. Ela pode se enfurecer com os filhos, sentir-se cansada, esgotada e até mesmo explorada por eles, saturada!

Os filhos têm permanentes necessidades e representam uma enorme exigência para os adultos que cuidam deles, e essa tarefa, na maioria dos casos, recai sobre a mulher. E ninguém é onipotente. Nenhum ser humano pode fazer tudo sozinho. Ninguém pode se doar totalmente aos outros o tempo todo.

O amor pelos filhos se constrói no dia a dia com cada filho (a), e não é exclusivo das mulheres, os homens também amam seus filhos. O amor ao filho não é somente um sentimento instintivo...

É certo que a maioria das mães ama muito seus filhos (as), mas também é certo que tem outros sentimentos como ódio, raiva, ciúme... E não é por isso que somos melhores ou piores mães, ou que deixamos de ser mães... A relação mãe-filho não é natural nem automática... Não nos amamos simplesmente pelo fato de sermos mãe e filho. Amamo-nos, odiamo-nos, suportamo-nos, desconhecemo-nos de acordo com a relação que criamos juntos, ao longo de uma experiência de amor ou de incompreensão.

“Filhos são como marido, amigo, irmão, colega de trabalho. A relação pode dar certo ou não”, diz o psiquiatra Mauro Mercadante (Revista Cláudia - Abril/98).

5. PATERNIDADE

A participação do homem na criação e educação dos filhos está mudando. Mas ainda há muito a refletir.

Diferentes formas de ser pai...

Não podemos falar de maternidade sem considerar a parceria dos homens nesta opção. Existem as mais diferentes formas de exercer a paternidade. Assim como as mulheres, os homens também sofrem a influência da cultura e dos costumes para viverem o papel de pai.

Existem povos em que os homens ficam acamados durante a gravidez da mulher. Há outros em que os pais ficam cuidando das crianças enquanto as mães tomam conta do trabalho na lavoura.

Também temos casos de casais homossexuais masculinos que adotam crianças para criar.

Em alguns países, os homens se orgulham de ter filhos com várias mulheres.

Quase todas nós conhecemos pais que criam sozinhos seus filhos, e outros que fazem todos os serviços da casa e da criação dos filhos do mesmo modo que as mães. Também sabemos que são cada vez mais numerosos os companheiros que acompanham as mulheres nos exames pré-natais e no parto.

Mas também é verdade que há cada vez mais famílias de mulheres sem companheiros e mulheres que sustentam sozinhas a família com seu trabalho. Há muitos homens que abandonam a namorada quando ela engravida e maridos que abandonam as esposas com um ou vários filhos, ou mesmo mantêm vínculos com duas ou mais famílias, por causa de suas aventuras amorosas.

Ajudando na reflexão (O esforço na busca da igualdade...)

Na nossa sociedade, apesar das mudanças já percebidas, o que se espera de um homem é que ele seja responsável pelo sustento financeiro dos filhos e da esposa, que seja firme e másculo, e que esconda sua afetividade, mesmo na relação com os filhos.

Em geral, o homem não se sente qualificado para os cuidados e educação dos filhos. É comum nas famílias se recorrer à figura do pai para repreender, quando a criança foge ao controle da mãe ou de quem cuida dela: *“quando o seu pai chegar, você vai ver...”*

Essas expectativas em relação ao pai dificultam o desenvolvimento de uma postura construtiva, em afetividade e cuidado, na relação com os filhos.

Tanto os homens como as mulheres têm buscado desenvolver novos comportamentos. As mulheres estão se inserindo em outros espaços da sociedade, realizando-se no trabalho, no mundo científico, nas artes, na política, e em muitos outros campos; dividindo o tempo entre as suas atividades, e exigindo uma participação maior do companheiro, quando decidem ter filhos.

Os homens, por sua vez, têm tentado modificar o comportamento de mero provedor para aquele que acompanha e participa com igualdade, tanto no espaço comum, como no cuidado dos filhos.

Sabemos que ainda são minoria os relacionamentos em família baseados na igualdade entre homens e mulheres.

Mas há muitos fatores que “empurram” a sociedade para essas mudanças de comportamento: a questão econômica que cada vez mais leva a mulher a trabalhar fora, a busca da conquista de outros espaços pelas mulheres e o esforço dos homens no sentido de se tornar mais humanos e viver a afetividade sem falso pudor.

Há grupos de homens refletindo sobre as consequências dessa cultura patriarcal na forma de se comportarem, questionando e propondo mudanças a fim de viver a igualdade e o respeito com as mulheres.

A maternidade físico-biológica é própria da mulher. Contudo, ela não existe sem a participação de um homem. Todas as pessoas são fruto da união de um óvulo da mulher e de um espermatozóide do homem, mesmo as que nascem de uma fertilização *in vitro*. Ninguém é “filho(a) de chocadeira”. Só que os homens não são definidos pela paternidade, pela sua capacidade de contribuir na feitura de um novo ser humano. É fácil pensar que as mulheres “são” mães. Mas não é comum que se pense nos homens como “pais”.

Mas o companheiro pode e deve viver a paternidade de forma afetiva e espiritual, acompanhando o desenvolvimento do (a) filho (a) no ventre da mulher, sentindo-se “grávido”, sentindo a paternidade e preparando-se para vivê-la após o nascimento do filho; aprendendo a tratar, cuidar, educar, estando em condições de fazer tudo o que o (a) filho (a) precisa ao longo da infância e da vida. A única coisa que o pai não pode fazer é amamentar a criança no peito, mas pode fazer todas as demais tarefas.

O homem não é chamado a “ajudar” a mãe a criar o filho; os dois são chamados a criá-lo e educá-lo juntos.

6. A MATERNIDADE SEGUNDO A IGREJA CATÓLICA

A Igreja Católica reafirma o sexo e a maternidade, dentro do matrimônio, como função principal e realizadora da mulher. A realidade da vida das mulheres mostra, contudo, outras possibilidades.

O que diz a Igreja Católica hoje...

Influenciando e sofrendo influência das mudanças culturais nos vários séculos da Era Cristã, a Igreja Católica apresenta diferentes visões sobre a sexualidade e a maternidade.

A visão predominante e oficial sobre o sexo no matrimônio, cujo objetivo é só a procriação, é confirmada no trecho que transcrevemos do documento Catecismo da Igreja Católica, nº 2.349:

“As pessoas casadas são chamadas a viver a castidade conjugal; as outras praticam a castidade na continência.”

E o documento do Conselho Pontifício para a Família, de 1995, reafirma:

“Isso comporta que eles (casal) estejam conscientes de que no seu amor está presente o amor de Deus e, por isso, também a doação sexual deverá ser vivida no respeito de Deus e do Seu desígnio de amor, com fidelidade, honra e generosidade para com o cônjuge e para com a vida que pode surgir do seu gesto de amor..”

Uma outra visão da hierarquia da Igreja Católica, que também é predominante, tem contribuído, e muito, para a idéia de que a mulher tem como papel principal ser mãe e estar a serviço da família. Duas figuras de mulher têm norteadas as prescrições da Igreja sobre como deve e como não deve ser uma “boa” mulher: a figura de Eva é negativa; pecadora, egoísta, maliciosa, tentadora, ela levou o homem a pecar. A outra figura, a de Maria, é positiva: mãe bondosa, casta e prestativa para com a família e a comunidade.

Nos conselhos aos pais sobre a educação dos filhos podemos perceber a indicação de papéis diferenciados para meninas e meninos:

O Documento do Conselho Pontifício para a Família sobre a “Sexualidade humana – Verdade e significado – Orientações educativas em família”, de 1996, diz:

“81 - Durante esta fase, as meninas desenvolvem, em geral, um interesse materno pelas crianças pequeninas, pela maternidade e pelos cuidados da casa. Tendo constantemente como modelo a Maternidade da Santíssima Virgem Maria, deveriam ser encorajadas a valorizar a sua própria feminilidade’

“82 -... Neste tempo, ele deveria aprender que a sua masculinidade, embora deva ser considerada um Dom divino, não é sinal de superioridade em relação às mulheres, mas um chamamento de Deus para assumir certos papéis e responsabilidades. O rapazinho deveria ser desaconselhado de se tornar excessivamente agressivo ou muito preocupado com a coragem física como garantia de sua virilidade”.

Diante desses dois “conselhos”, propomos uma reflexão sobre as consequências dessas afirmações na vida de homens e mulheres: existe na maioria das mulheres o sentimento de que ser mãe realiza e completa a mulher, e aquelas que não podem ser mães ou não podem ter mais filhos por questões econômicas ou físicas sentem-se “culpadas” e infelizes.

Com relação aos homens, perguntamos: por que não poderiam eles ser incentivados também a gostar de crianças e cuidar delas? Como exigir que respeitem as mulheres como iguais se a sua masculinidade é considerada “um Dom Divino” e eles podem ser até agressivos, desde que não “excessivamente”?

Existe uma doutrina, compartilhada por setores da Igreja, em defesa do celibato, do uso exclusivo de contraceptivos considerados naturais, do sexo só no casamento, do não uso da camisinha, contra o aborto

em qualquer caso, entre outras coisas. Isso tudo, porém, mostra com clareza a enorme distância entre as proposições oficiais da Igreja com relação à sexualidade humana e a vida concreta das pessoas, os sentimentos e os desejos humanos que fluem nas relações afetivas, na busca de uma vida digna, prazerosa e mais feliz.

Outro questionamento que precisamos fazer é com relação ao tratamento dado pela Igreja à mãe solteira ou sozinha. A maternidade deixa, nesses casos, de ser considerada sagrada por alguns setores da Igreja e passa a ser pecado. Mesmo as separadas/divorciadas têm dificuldades de aceitação na Igreja. Todo o esforço dessas mulheres em assumir e criar os filhos sozinhas, com todas as dificuldades que já conhecemos, não deveria ser considerado um valor cristão?

O que dizem outros setores da Igreja Católica:

Nas comunidades cristãs, muitos(as) religiosos(as), teólogos(as), motivados pela dureza da realidade e pela prática pastoral, têm assumido posturas de compreensão e solidariedade, mostrando aceitação das diferentes experiências de sexualidade, em contraposição à intransigência de setores da hierarquia. Existem muitos que defendem o uso da camisinha, acolhem mães solteiras, ensinam métodos anticoncepcionais, e até aceitam a realização de aborto, em determinados casos.

Apesar do peso da doutrina católica na nossa cultura, podemos perceber na sociedade a busca de novas práticas, inclusive dentro da própria Igreja. Por exemplo, com relação à vivência da sexualidade, da concepção e da anticoncepção, as ideias religiosas influenciam cada vez menos o comportamento dos fiéis católicos.

Isso fica claro quando verificamos alguns índices de pesquisas feitas, em 2010, por Católicas pelo Direito de Decidir do Brasil: 52% das pessoas

ouvidas se pronunciaram a favor do aborto em caso de estupro e 66%, em caso de risco de vida da mãe.

(Fonte: IBOPE&CDD-Br, Pesquisa IBOPE JOB2105, nov.2010).

A taxa de natalidade no Brasil caiu de 4,2 filhos/mulher, em 1980, para 1,7 filhos/mulher em 2010⁵.

Olhando a realidade da vida das mulheres:

Muitas mulheres não se realizam apenas com a maternidade: não podem e também não querem mais ser apenas mães.

As mulheres estão no mercado de trabalho, estão nas escolas, nas universidades, na política, nas artes, enfim disputam todos os espaços públicos (não sem luta e sem sofrer discriminação).

As mudanças culturais e os avanços da ciência na área reprodutiva possibilitam a homens e mulheres uma prática diferente daquela que a Igreja Católica apresenta como o ideal de comportamento sexual. Também é certo que muitas pessoas carregam algum sentimento de culpa por isso, ou deixam de frequentar os atos de culto, pois não se sentem acolhidas e/ou compreendidas nas suas opções sexuais e na forma de encarar a maternidade.

Deve-se ressaltar o trabalho de organizações de homens e mulheres, inclusive católicas, que, com suas ações de solidariedade/informação/acolhimento, têm sido um esteio na construção de uma identidade de cidadãs e cidadãos plenas/os, em todas as dimensões da vida, que podem e querem decidir sobre a forma de viver sua sexualidade, optando ou não pela maternidade/paternidade, sem se sentir culpadas/os e continuando a ser católicas/os.

5 Dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br>.

7. A MULHER E SUA CAPACIDADE DE REPRODUÇÃO

A decisão de quando ter filhos e de quantos filhos ter é um direito das mulheres. No entanto, a maioria não tem esse direito assegurado.

Quem decide quando engravidar...

Somente nós, mulheres, engravidamos, temos a capacidade de gerar filhos! Isso significa um poder imenso perante a humanidade e uma experiência muito importante na vida das mulheres. Mas muitas vezes essa capacidade das mulheres foi utilizada pelas sociedades, e principalmente pelos governos, para atender aos seus interesses.

Por exemplo, em certos momentos históricos, as mulheres são incentivadas a ter mais filhos: quando a maternidade era considerada reposição de mão-de-obra diante da queda acentuada da população por causa de epidemias e de guerras, quando as tribos se enfrentavam e necessitavam de combatentes, então as mulheres eram convencidas de que o seu lugar era em casa, produzindo filhos. Isso já acontecia 8.000 anos antes de Cristo!

Hoje, nos países superpopulosos como a China e a Índia, as mulheres são pressionadas a ter só um filho. Já nos países agrícolas, as mulheres precisam ter muitos filhos para o trabalho nas lavouras. Isso mostra que a capacidade de reprodução das mulheres pode ser manipulada de acordo com conveniências históricas e econômicas.

A decisão de quando ter filhos e de quantos filhos ter também sofre a influência das religiões. No caso da Igreja Católica, nas suas encíclicas e documentos pontifícios define-se quando e como os casais podem ou não evitar filhos, que métodos podem ser utilizados, assim como que tipos de pecado correspondem ao não seguimento das normas estabelecidas pela lei eclesiástica.

Não é nada fácil para as mulheres decidir sobre sua vida reprodutiva quando saem à procura de emprego. Muitas empresas, para sua admissão, impõem condições que impedem a gravidez. Os parceiros, aos quais compete também tomar a decisão, impõem seu ponto de vista ou desaparecem (o que não quer dizer que não existam casais que decidam conjuntamente). E se não bastasse tudo isso, o próprio corpo e a mente da mulher têm seus ritmos e limites para realizar o desejo de ter ou não ter filhos.

Desse modo, tanto a concepção como a anticoncepção são escolhas difíceis para a maioria das mulheres, não somente por todas as pressões sociais e familiares, mas também porque a maternidade transforma a sua vida.

Situações que se apresentam...

Por muitos anos, fomos educadas entendendo que o corpo da mulher é a representação do pecado. Ao contrário dos meninos, tínhamos (e ainda temos) de esconder nosso corpo. Quando nos tornamos adultas, temos vergonha do nosso próprio corpo, vergonha de olhá-lo, tocá-lo, falar sobre ele, de expressar nossos desejos a ele vinculados.

Todos os homens e mulheres em geral praticam sexo, e cada vez mais cedo, porém permanece a dificuldade de tratá-lo com naturalidade. As questões de saúde reprodutiva, incluindo concepção e contracepção, ainda são tabus para muitos, o que pode colocar em risco a vida de homens e principalmente das mulheres.

Com relação às práticas anticoncepcionais, sabemos que muitas mulheres as realizam em condições de enorme insegurança: precariedade de funcionamento dos postos de saúde; estímulo à esterilização feminina; dificuldades para discutir o assunto com os parceiros; utilização de anticoncepcionais, particularmente da pílula, sem

indicação médica ou sem qualquer acompanhamento posterior; dificuldades de entendimento do linguajar dos médicos pelas mulheres pobres...

A dificuldade de negociar o uso do preservativo, ou até mesmo de falar sobre ele, no âmbito do casamento, tem aumentado grandemente o número de mulheres casadas com aids, produzido um número elevado de gravidezes de adolescentes e também de contaminação pela aids entre jovens.

Poder-se-ia continuar apresentando inúmeras situações, mas tanto para decidir ter filhos como para decidir não tê-los, não podemos esquecer que as condições econômicas e sociais precárias em que se encontra a maioria das mulheres trazem também muitas consequências para a vida reprodutiva delas.

Conquistando nossos direitos...

A maternidade traz muitas alegrias para a vida das mulheres. No entanto, as interferências na vida reprodutiva das mulheres trazem para elas muitas dúvidas e confusões, criando sentimentos de culpa que afetam sua vida tanto psíquica como física. Ao longo da história, as mulheres têm reagido e resistido, lutando pelos seus direitos, principalmente pelo direito de decidir sobre seu próprio corpo.

Uma das conquistas resultantes dessa luta é a própria idéia de direitos reprodutivos, através de foros nacionais e internacionais, com apoio de diversas organizações. Mesmo que ainda não seja conhecida por todas as mulheres, essa ideia serve cada vez mais de instrumento para respaldar as decisões tomadas por elas. Vejamos sua definição.

Direitos reprodutivos:

“Mulheres e homens têm direito de decidir sobre sua vida reprodutiva de maneira livre e de exercer o controle voluntário e seguro de sua fertilidade, livres

de discriminação, coerção e/ou violência, assim como o direito de desfrutar dos níveis mais altos de saúde sexual e reprodutiva.

As mulheres têm direito à autonomia na decisão reprodutiva, a qual inclui o acesso ao aborto seguro e legal” (Declaração dos Direitos Humanos a partir de uma perspectiva de gênero-CLADEM - 1998.)

Nessa luta pela melhoria da vida das mulheres e pela defesa dos direitos reprodutivos têm surgido muitas ONGs (organizações não-governamentais) que desenvolvem trabalhos nessa área, tanto para informar como para reivindicar políticas públicas que atendam a essas questões. Elas preparam lideranças para acompanhar e controlar os órgãos públicos encarregados da aplicação de programas e de outros instrumentos voltados para melhorar o atendimento em termos de saúde reprodutiva.

Até mesmo nos espaços religiosos já existem iniciativas no sentido de promover a reflexão sobre a sexualidade como uma questão a ser discutida com tranquilidade, deixando os velhos preconceitos de lado.

Há grupos de mulheres buscando exercer o direito de decidir sobre sua vida reprodutiva de maneira livre e de exercer o controle voluntário e seguro de sua fertilidade, livres de discriminação, coerção e/ou violência. As mulheres estão cada vez mais exigindo o direito de desfrutar dos níveis mais altos de saúde reprodutiva, garantindo o direito à autonomia na decisão reprodutiva, a qual inclui acesso ao aborto seguro e legal. É bom conhecer pessoas e textos desse tipo, pois nos orientam e nos dão mais segurança nas decisões que precisamos tomar.

8 ALGUNS PONTOS PARA REFLETIR E DEBATER:

Pensando no seu entorno, quantos tipos ou modelos de mães você conhece?

Você conhece pessoas que decidiram não ter filhos/as e que estão felizes e realizadas?

Para você, a maternidade fica diminuída pelo fato de as mulheres poderem decidir ter ou não ter filhos/as?

Pensar na maternidade como instinto não seria uma forma de reduzir o ser humano mulher? Quais seriam as consequências de entender a maternidade como uma resposta ao instinto?

Se a maternidade é um instinto feminino, o que acontece com as mulheres que decidem voluntariamente não exercer o papel da maternidade?

Que pensaríamos de uma mulher que reflete, analisa a sua vida, circunstâncias, gostos, qualidades, vocação, etc e decide não ter filhos?

Você conhece mães que, em algum momento da sua vida, decidiram não prosseguir uma gravidez e abortaram? Poderia refletir e partilhar experiências de este tipo?

Que políticas públicas existem no país que favoreçam o exercício da maternidade como opção?

Que imagem ou conceito de maternidade projetam as políticas públicas existentes?

As imagens da maternidade, transmitidas pelas religiões, favorecem a autonomia e os direitos das mulheres?

Sobre o tema da maternidade, assista ao vídeo A maternidade não pode ser uma obrigação desumana!

Na **TV CDD**: <http://www.catolicasonline.org.br/tvcdd/conteudo.asp?cod=3659>

No **Youtube**, no canal de Católicas pelo Direito de Decidir:

<http://www.youtube.com/watch?v=6d-Jr42nL4I>)

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANJOS, M. F.** Argumento moral e aborto. Da argumentação sobre a moralidade do aborto ao modo justo de se argumentarem teologia moral S. Paulo, Loyola, 1976.
- BADINTER, E.** Um amor conquistado/O mito do amor materno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985
- CALAHAN, D.** The Roman Catholic position, in LLOYD, Steffen. **Abortion, a reader.** Cleveland, Ohio: The Pilgrim Press, p.82-93,1996.
- COLLOQUE.** Avortement et respect de la vie humaine. Coloque du Centre Catholique des Médecins Français (Comission conjugale). Paris, Seuil, 1972.
- COOK, R. J.; DIKCENS, B.M.; FATHALLA, M.F.** Saúde Reprodutiva e Direitos Humanos - integrando medicina, ética e direito. Rio de Janeiro, Ceppia, 2004.
- DEL PRIORE, (org.) - BASSANEZI, C.** (Coord. de Textos). História das mulheres no Brasil. São Paulo, Contexto, 1997
- Documento CDD:** Impactos da visita do Papa ao Brasil, 1997, arquivo CDD.
- Documento CDD:** Las Católicas Latinoamericanas mucho tienen para decidir. Uruguay: 1994, p.4, arquivo CDD.
- MELO, G.** (coord.). Problemática religiosa de la mujer que aborta. Encuentro de investigadores sobre aborto inducido en América latina y el Caribe, Santafé de Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 1994.
- FOUCAULT, Michel.** A arqueologia do saber. 6ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000.
- GUTIÉRREZ, M.A.** Igrejas, política e direitos sexuais e reprodutivos: estado atual na América Latina. In: **III Simpósio Regional Direitos Sexuais, Direitos Reprodutivos, Direitos Humanos.** São Paulo: CLADEM, 2001.

- HURST, J.** A história das idéias sobre o aborto na Igreja Católica. In HURST, Jane, MURARO, Rose Marie. **Uma história não contada**, Montevideu, Católicas por el Derecho a Decidir, p.7-40, 1992.
- ISAMBERT, F. A.** Position et argumentations, in ISAMBERT, F. A., LADRIÈRE, P. **Contraception et avortement, dix ans de débat dans la presse (1965-1974)** Paris, Editions du CNRS, 1979.
- KLEIN, Carin.** Mulher e família no Programa Bolsa-Escola: maternidades veiculadas e instituídas pelos anúncios televisivos. In: Cadernos Pagu nº 29. Campinas. July/Dec. 2007.
- LADRIÈRE, P.** Ética y poder religioso em el campo de la reproducción de la vida humana, in **Selecciones de teologia**, n.98, vol.25, abril-junho, p.119-128, 1986.
- LADRIÈRE, P.** Reproduction de la vie humaine, biologie et religion. In: HENRIEU-LEGER, D. (org.) **Opression des femmes et religion. COLLOQUE DE L'ASSOCIATION FRANÇAISE DE SOCIOLOGIE RELIGIOUSE (1-2/12/80).** Paris: Centre d'Etudes Sociologiques, 1980.
- LONDONO, M.L.** Derechos Sexuales y Reproductivos: Los más humanos de todos los derechos. Cali/ Colombia; ISEDER, 1996
- McCORMICK, R. A.** The Critical Calling. Reflections on moral dilemmas since Vatican II, Washington D.C., Georgetown
- MELO, G. (coord).** Problemática religiosa de la mujer que aborta, In: **Encuentro de investigadores sobre aborto inducido en América.** Montevideo, Católicas por el Derecho a Decidir, p. 41-53, 1992.
- MURARO, R.M.** O aborto e a fé religiosa na América Latina, in HURST, Jane e Rose Marie, MURARO, Uma História não contada. **Montevideo: Católicas por el Derecho a Decidir, p.41-53, 1992.**

- ICH, Mary Catharine.** La desmitificación de la maternidad en la sociedad patriarcal. In: **Reflejos - Una revista estudiantil del Departamento de Lenguas Románicas.** Vol. 4 – Primavera 2005. (10-14).
- ROSADO, M. J., Religious ideology and social control: abortion and the Catholic Church.** Paper presented at the Abortion Matters International Conference, Amsterdam, 27- 29.03.1996.
- VALADIER, P.** La condition chrétienne - du monde sans être. Paris: Éditions Du Seuil, 2003.
- WIJWICKREMA, S.,** The Roman Catholic Church and abortion. In Sminar on Socio-cultural aspects of population (separata), 1996.

